



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Conforme Lei Municipal nº 1.967/2018, publicada em 19 de novembro de 2018

DOMINGO, 24 de maio de 2020

Ano III | Edição nº 389

Total de Páginas: 006

www.ribeiraodopinhal.pr.gov.br/diariooficial

EDIÇÃO EXTRA

ATOS DO PODER EXECUTIVO



PREFEITURA DE
RIBEIRÃO DO PINHAL
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 068/2020

EMENDA: DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DO CONTÁGIO DO CORONAVIRUS, DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PRIVADAS NÃO ESSENCIAIS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner Luiz Oliveira Martins, Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que em data de 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a COVID-19, nova doença causada pelo corona-vírus, é uma pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto nº 4230, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado do Paraná, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO que o momento é de prudência, impondo a adoção de medidas de prevenção e contenção da propagação dos efeitos da COVID-19 em resposta à emergência de saúde pública prevista no art. 3º. da Lei Federal 13.979/2020;

CONSIDERANDO ser imprescindível a mobilização social, monitoramento e a participação da sociedade no controle desta doença;

CONSIDERANDO que o município já apresentou casos confirmados de contaminação pelo Coronavírus (Covid-19), o que pode indicar a existência de contaminação viral, ensejando a adoção de medidas drásticas para a garantia do afastamento social;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas preventivas para que não ocorra o desabastecimento de gêneros alimentícios, principalmente, no comércio local;

CONSIDERANDO que desde 05 de maio de 2020 as atividades privados não essenciais permaneceram suspensas, visando proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus;

CONSIDERANDO a necessidade de também preservar pela economia local, o qual é importante fonte de renda para população do Município de Ribeirão de Pinhal;

DECRETA:

Art. 1º. No território do Município de Ribeirão do Pinhal deve, obrigatoriamente, ser observada a prática do distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e com o objetivo de proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus.

Art. 2º. Buscando assegurar o resguardo pessoal daqueles relacionados nos incisos deste dispositivo, devem, obrigatoriamente, permanecer em suas residências, ressalvadas situações excepcionais, que demandem extrema necessidade e que não possam ser realizadas por terceiros pessoas:

I - pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - crianças (0 a 12 anos);

III - imunossuprimidos, independentemente, da idade;

IV - portadores de doença respiratória crônica (asma em uso de corticóide inalatório ou sistêmico - moderado ou grave-, doença pulmonar obstrutiva crônica – DPOC, bronquiectasia, fibrose cística, doenças intersticiais do pulmão, displasia broncopulmonar, hipertensão arterial pulmonar e crianças com doença pulmonar crônica da prematuridade);

V - portadores de doença cardíaca crônica: doença cardíaca congênita, hipertensão arterial de difícil controle, de estágios 3 e 4, fibrilação atrial crônica, doença cardíaca isquêmica e insuficiência cardíaca;

VI - portadores de doença renal crônica: doença renal nos estágios 3, 4 e 5, síndrome nefrótica e paciente em diálise;

VII - portadores de doença infecciosa e/ou infectocontagiosa: tuberculose ativa, hanseníase;

VIII - portadores de doença nefrológica: hepatopatia grave, nefropatia grave; IX - gestantes de risco e puérperas.

IX - Portadores de diabetes crônica.

Art. 3º. Fica estabelecido, em todo o território do Município, a necessidade de uso massivo de máscaras, em especial por pessoas assintomáticas, com o fim de evitar a transmissão comunitária da COVID-19.

§ 1º Será obrigatório o uso de máscaras:

I - na utilização de táxis ou em transporte compartilhado de passageiros;

I - para acesso aos estabelecimentos comerciais, independentemente de que seja ou não considerado como de atividades essenciais;

III - para o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas;

§ 2º Poderão ser utilizadas máscaras de pano, confeccionadas manualmente, de acordo com as orientações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, no endereço eletrônico

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascaras-caseiras-podem-ajudar-na-prevencao-contra-o-coronavirus>.

Art. 4º. Fica flexibilizada a retomada das atividades privadas consideradas não essenciais, ficando os estabelecimentos e os prestadores de serviços OBRIGADOS a adotarem as seguintes medidas sanitárias gerais:

I. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (máscaras), por todos os trabalhadores/prestadores de serviços;

II. Disponibilizar responsáveis na entrada do estabelecimento e nas suas dependências para orientar e auxiliar no procedimento de higienização das mãos;

III. Disponibilizar, em pontos estratégicos como entrada do estabelecimento, corredores, balcão de atendimento e caixas, álcool 70% (setenta por cento) para higienização das mãos, para o uso dos clientes, funcionários e entregadores.

IV. Empregar mecanismos para restrição de acesso ao público - como entrega de senhas-, adotando impreterivelmente medidas para evitar a aglomeração de consumidores, respeitando os limites estabelecidos para o distanciamento;

V. Organizar a circulação interna de pessoas, bem como todas as filas de caixa e demais setores de atendimento, mantendo distância mínima de 2m (dois metros) entre os clientes;

VI. Organizar as filas externas ao estabelecimento, mantendo distância mínima de 2m (dois metros) entre os clientes;

VII. Sinalizar o piso no direcionamento das filas internas e externas, utilizando para essa finalidade, fita, giz, cones, entre outros materiais, de modo a manter a distância estabelecida;

VIII. Disponibilizar local para higienização das mãos dos clientes e principalmente dos funcionários, dotando de sabonete líquido e papel toalha;

IX. Deve ser intensificada a limpeza das áreas como pisos, ralos, paredes, teto, banheiros, etc., com desinfetantes próprios para finalidade e realizar frequente desinfecção, utilizando-se álcool 70% (setenta por cento) para tanto;

X. Providenciar cartazes com orientações e incentivos para correta higienização das mãos, bem como o fluxo de atendimento;

XI. O funcionário que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios, tosse, congestão nasal, dificuldades para respirar, falta de ar, dor de garganta, dores no corpo, dor de cabeça, deve ser orientado pelo responsável do estabelecimento a procurar atendimento médico;

XII. Os dispensadores de água que exigem aproximação da boca para ingestão devem ser lacrados em todos os bebedouros, permitindo-se o funcionamento apenas do dispensador de água para copos;

XIII. Disponibilização de copos descartáveis aos clientes e funcionários, sendo permitido aos funcionários copos ou canecas não descartáveis, desde que de uso individual;

XIV. Manter o ambiente arejado e ventilado, ficando vedada a utilização de ar-condicionados.

XV. Ter o horário de atendimento reduzido, podendo funcionar de segunda à sexta-feira, das 10 às 16 horas e, aos sábados, das 09 às 13 horas, sendo vedado o atendimento aos domingos

Art. 5º. As atividades de salão de beleza, barbearias, manicures e congêneres deverão atender, além das medidas gerais previstas no artigo anterior, as seguintes orientações:

I. Anteder somente com horário previamente agendado evitando aglomeração no estabelecimento;

II. Higienizar as bancadas de atendimento, cadeira e objetos a cada troca de cliente;

Parágrafo único: Fica vedada a permanência de clientes em sala de espera.

Art. 6º. As atividades de **Supermercados e congêneres** deverão atender além das medidas gerais previstas no art. 4º, também as seguintes orientações:

- I - Controlar a lotação através de senhas, sendo limitado a 01 (uma) pessoa a cada 08 (oito) metros quadrados do estabelecimento, considerando o número de funcionários e clientes;
- II - controlar o acesso de apenas 01 (um) representante por família;
- III - Realizar a higienização constante das barras dos carrinhos e alças das cestas de compras;
- IV - Organizar as filas dos caixas, açougue e padaria com demarcação visual, obedecendo ao distanciamento mínimo entre os clientes;

Art. 7º. As atividades de **Restaurante, Lanchonetes, Pizzarias e similares**, deverão atender além das medidas gerais previstas no art. 4º, as seguintes orientações:

- I. Realizar o fornecimento de alimentos somente na modalidade *delivery*, sendo proibido o consumo no local;
- II. Ter seu horário de funcionamento das 8 horas até, no máximo, às 20 horas;

Parágrafo único. Os estabelecimentos contidos nesse artigo, que não puderem atender os requisitos acima dispostos, estarão impedidos de funcionar por período indeterminado.

Art. 8º. As atividades de **Trailers e Food-Trucks e congêneres** deverão atender além das medidas gerais previstas no art. 1º, vedar o consumo de alimentos no local, sendo permitida apenas a distribuição e entregas *delivery*.

Art. 9º. As atividades de **Culto Religioso, Missas e demais Reuniões Religiosas**, continuam suspensas, sendo permitido o aconselhamento individual, a fim de evitar aglomerações, seguindo as orientações da Secretaria de Saúde e Vigilância, recomendando a utilização de meios virtuais no caso de reuniões coletivas.

Art. 10º. As atividades de Serviços **Funerários, Velórios, Capelas Mortuárias e atividades correlatas**, deverão atender além das medidas gerais previstas no art. 1º, vedar o acumula de mais de 10 (dez) pessoas no recinto em que se realizem os preparos da atividade fim, bem como, sessão mortuária e de condolências.

Parágrafo único: é proibida a realização de velório e/ou funeral de paciente confirmado ou suspeito de infecção por COVID-19.

Art. 11. As atividades de Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, como lojas de vestuário, brinquedos, utensílios domésticos, material de construção, armarinhos e demais atividades não previstas especificamente nos artigos anteriores desse Decreto, deverão atender além das medidas gerais previstas no art. 4º as seguintes orientações:

- I- **Atendimento em horário reduzido, podendo funcionar de segunda à sexta-feira, das 10 às 16hrs e, aos sábados, das 09 às 13horas, sendo totalmente vedada a abertura nos domingos.**
- II- Manter número reduzido de mercadorias expostas, a fim de diminuir a chance de contaminação de produtos;
- III- Realizar a higienização das prateleiras e expositores de mercadorias;

Art. 12. Permanece proibido, enquanto da vigência do estado de emergência, o funcionamento de casas noturnas, bares, choperias, academias e demais atividades comerciais correlatas.

Art. 13. Ficam as demais atividades permitidas nesse Decreto, condicionadas ao deferimento de retorno de suas atividades comerciais a apresentar “**Plano de Funcionamento**”, o qual **impreterivelmente deverá conter dados referentes ao tamanho em metros quadrados do ambiente o qual se desenvolvem as atividades comerciais, dados de identificação da empresa e dos sócios, áreas de atuação e atendimento das medidas indicadas nos artigos anteriores.**

§1º. O referido plano “Plano de Funcionamento” será entregue na sede da Prefeitura Municipal e remetido ao Comitê Municipal de Prevenção e Combate ao Corona Vírus – COVID19, o qual terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para análise do pedido, bem como apresentação de resposta ao solicitante.

§2º. Todos os interessados deverão atender em sua plenitude as demais exigências previstas nesse Decreto e quaisquer outras por ventura indicadas pelo referido Comitê e não constantes nesse Decreto.

Art. 14. Os profissionais liberais que optem pela retomada de suas atividades deverão realizar, junto ao Comitê Municipal de Prevenção e Combate ao Coronavírus – COVID19, o cadastramento de sua atividade, tomando ciência do contido nesse decreto, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as normas sanitárias e de prevenção ao COVID-19.

Art. 15. Durante o período de vigência da pandemia causada pela Doença COVID-19, é terminantemente proibida à realização de “promoções”, “feirões” ou “liquidações”, bem como a distribuição de folders e/ou similares, pois estas medidas visam à proibição de aglomeração de pessoas, bem como, a propagação de contágio e sobrevivência do vírus em superfícies como papel e/ou plástico.

Art. 16. A desobediência aos comandos previstos no presente decreto sujeitará o infrator à aplicação das seguintes penas sem prejuízo de demais sanções civis e administrativas:

I - penas previstas para crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva - e 330 - crime de desobediência - do Código Penal;

II - penalidades do artigo 55 da Lei Estadual nº 13.331/2001, que “dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná”.

§1º. - Inexistindo penalidade específica para o descumprimento das medidas de que trata o presente Decreto, fica estabelecida multa de 13 UPF –PR.

§2º. – Os estabelecimentos que descumprirem as normas previstas neste Decreto serão notificados administrativamente e de acordo com as regras abaixo:

I – a primeira notificação terá função de orientação e recomendação visando evitar que o descumprimento das regras continue;

II – a segunda notificação será realizada com a aplicação da penalidade prevista no §1º e informação imediata ao Ministério Público do Estado do Paraná para análise e possível realização de denúncia pela prática de crime contra a saúde pública e/ou de desobediência conforme incisos I e II do caput deste artigo;

III – a terceira notificação acontecerá com a interdição cautelar do estabelecimento, conforme artigo 59 da Lei Estadual nº 13.331/2001, com posterior cassação do alvará de funcionamento.

§3º - A Vigilância Sanitária de Ribeirão do Pinhal/PR e os agentes de fiscalização das diversas Secretarias, em conjunto com os demais órgãos de segurança, deverão atuar no sentido de fiscalizar, exercendo o Poder de Polícia Administrativa, o efetivo cumprimento das normas estabelecidas por este Decreto.

Art. 17. Permanece a RECOMENDAÇÃO para a população que, se possível, permaneça em suas casas, e que, caso seja necessário o deslocamento para qualquer local, em decorrência de eventual urgência ou necessidade, que sejam tomadas as precauções, de forma a evitar aglomerações, adotando a compra solidária, em favor de vizinhos, parentes, amigos, evitando-se a exposição, principalmente, de idosos, crianças e outras pessoas consideradas grupo de risco, por uma só pessoa.

Art.18. As medidas previstas nesse Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e discricionariedade do Executivo Municipal.

Art. 19. Este Decreto revoga todas as disposições em contrário.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor em 25 de maio de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL, ESTADO DO PARANÁ, em 24 de maio de 2020.

WAGNER LUIZ OLIVEIRA MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DE
RIBEIRÃO DO PINHAL
ESTADO DO PARANÁ

CONVOCAÇÃO

O senhor Wagner Luiz Oliveira Martins, Prefeito do Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, vem por meio do presente CONVOCAR a comunidade em geral para participarem da Audiência Pública relativa às Metas Fiscais do primeiro quadrimestre de 2020, que será realizada nas dependências do Plenário da Câmara Municipal, localizada nas dependências da Prefeitura Municipal, a Rua Paraná, nº 983, às 10 horas do dia 25 de maio de 2020.

Ribeirão do Pinhal, 22 de maio de 2020.

Wagner Luiz Oliveira Martins
Prefeito Municipal

Assinatura Digital